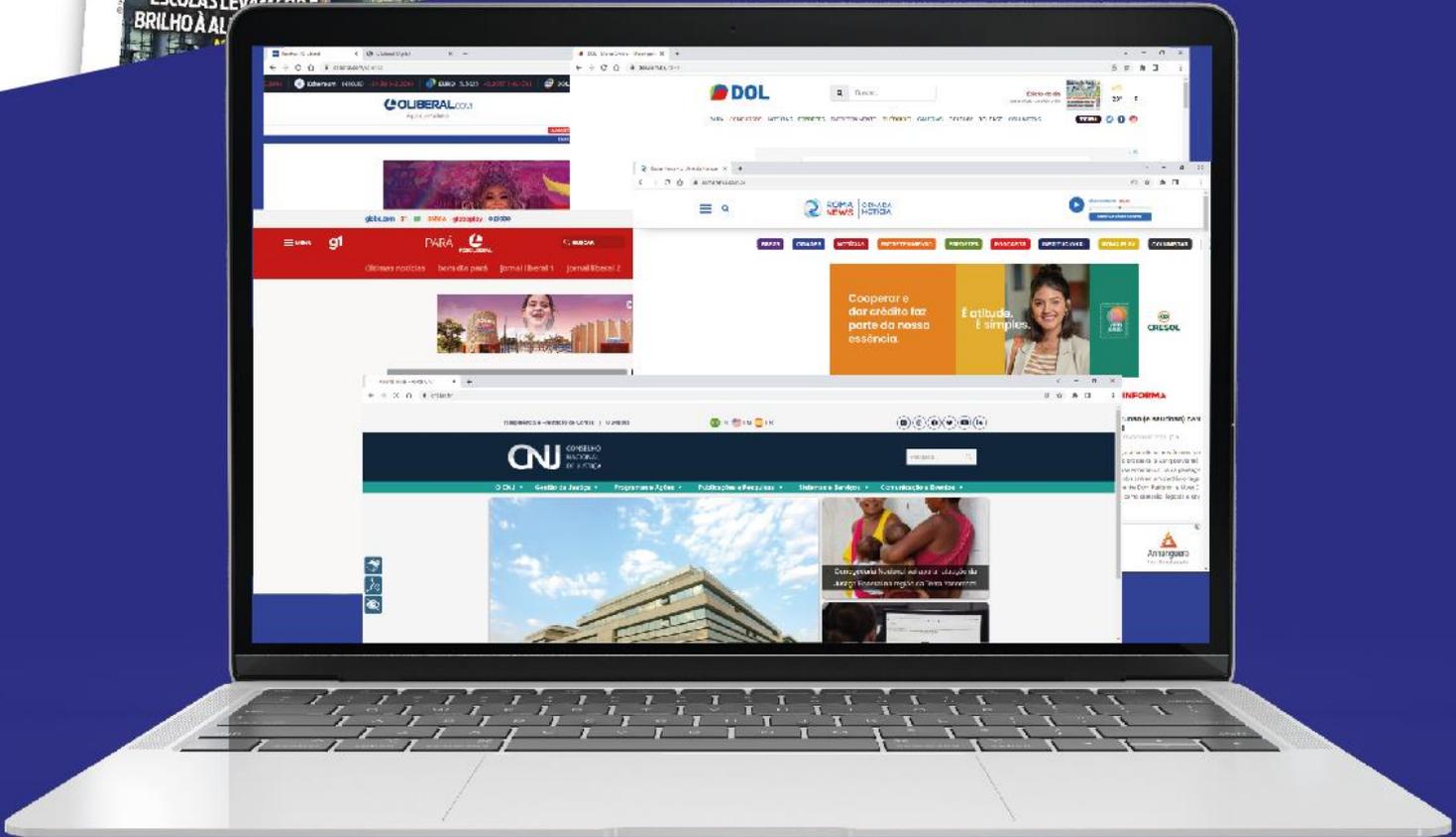




CLIPPING

Sexta-feira
9 de Fevereiro
de 2024



SUSPEITO

Homem é preso por estupro de adolescente no Museu Goeldi

FLAGRANTE - Na casa dele, em Ananindeua, a polícia encontrou farto material de pornografia infantojuvenil armazenado em mídias eletrônicas



Acusado preso em flagrante era investigado desde que adolescente o denunciou por estuprá-la no Museu Goeldi

DA REDAÇÃO

disposição da Justiça.

Um homem de 22 anos foi preso em flagrante, ontem, em Ananindeua, na Região Metropolitana de Belém, pelo crime de armazenamento e compartilhamento de pornografia infantojuvenil. Ele também é suspeito de estuprar uma adolescente de 17 anos no Museu Paraense Emílio Goeldi.

As investigações se iniciaram no ano passado pela Delegacia Especializada no Atendimento à Criança e ao Adolescente (Deaca) da Santa Casa, após denúncias da jovem, que informou ter sido estuprada após encontrar com o homem, com quem conversava por uma rede social. O encontro foi marcado pelo suspeito no Emílio Goeldi, onde a vítima já estava com amigos. Na ocasião, ele levou a vítima para um local mais afastado, onde praticou o crime.

Os mandados de prisão preventiva e busca e apreensão foram expedidos pela 1ª Vara Criminal de Inquéritos Policiais da Comarca de Belém. No cumprimento dessas ordens judiciais, realizadas na casa do suspeito, o aparelho celular dele foi apreendido. Nele, a equipe da Polícia Científica identificou imagens de pornografia infantojuvenil.

"Foi a partir da denúncia da vítima que a gente pode chegar no autor. Então ressalto a importância de denunciar para que a polícia possa atuar na prisão desses criminosos. Também é muito importante o cuidado com quem você conversa na internet, pois mesmo em local público pode acontecer, como foi nesse caso", explicou a titular da Deaca, Karina Figueiredo.

"Essa ação ressalta a importância das denúncias e do comprometimento das autoridades em proteger as vítimas e responsabilizar os agressores. A PCPA continua em trabalho permanente para proteger o cidadão e garantir a justiça", afirmou o delegado-geral, Walter Resende.

Ao longo das apurações também foi identificada uma segunda vítima de estupro, que na época da ocorrência também era adolescente. O homem foi encaminhado para a Deaca e em seguida encaminhado ao sistema penitenciário, onde ficará à

GOELDI

Em nota enviada à reportagem, o Museu Paraense Emílio Goeldi disse que foi informado nesta quinta (8), "com enorme espanto", sobre a denúncia do caso de estupro de vulnerável, ocorrido dentro do local. "Tal fato não foi informado à instituição nem pela família da vítima e nem pelo órgão policial que apurou o crime. Não temos registros de episódios semelhantes no Museu Goeldi", comunicou.

"A PCPA continua em trabalho permanente para proteger o cidadão e garantir a justiça"

"Não temos nenhuma informação disponível sobre o caso de agressão, denúncia ou processo de investigação. Até o momento, nossa informação sobre o crime é o que está veiculado pelo noticiário. Dentro das limitações orçamentárias, o Museu Goeldi age para garantir a segurança das pessoas na área aberta à visitação pública. A instituição mantém vigilantes nas portarias, recepcionistas nas exposições, atendentes nos banheiros, mantém ronda periódica pela área aberta, etc", acrescentou.

O Museu Goeldi também declarou que "se orgulha de ser um local seguro, de encontro com a Ciência e a Natureza amazônica, de educação e lazer ecológico, de paz e cura". "Lamentamos profundamente que uma jovem tenha sido vítima de agressão, prestamos nossa solidariedade para a vítima e sua família. Também manifestamos a disponibilidade de ajudar em campanhas públicas de alertas aos jovens para identificar e se proteger de predadores virtuais. Pedimos ainda colaboração ao nosso público visitante se, porventura, testemunhar alguma situação suspeita, que alerte os vigilantes e recepcionistas em serviço no Parque Zoológico", concluiu.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

ABAETETUBA

Massagista é preso sob acusação de abuso sexual

DA REDAÇÃO

Um massagista foi preso suspeito de abusar sexualmente de uma adolescente de 16 anos na tarde de quarta-feira (7), em Abaetetuba. Conforme as informações policiais, o crime ocorreu durante um procedimento de drenagem linfática.

Segundo o relatório policial, antes de iniciar os procedimentos, o homem teria mostrado para a vítima imagens de outras supostas clientes sem roupa, alegando que era para exemplificar como ficaria o resultado das sessões. Assim, o suspeito ainda tirou várias fotos da vítima nua e teria, durante o procedimento, tocado em suas partes íntimas.

Em certo momento, o homem forçou a vítima



Massagista de Abaetetuba é acusado de estuprar adolescente durante um procedimento

a ficar deitada na maca e ela não conseguia se soltar. Nesse momento teria ocorrido o estupro. Após o abuso, a adolescente procurou as autoridades policiais para relatar o crime e teve início as buscas pelo homem. No momento da

captura, foram apreendidos um aparelho celular e um notebook. Foi realizada a representação pela prisão preventiva. O preso foi conduzido à Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (Seap), de Abaetetuba, e ficará à disposição

do Poder Judiciário.

Em nota, a Polícia Civil informou que um homem foi preso em flagrante pelo crime de estupro e está à disposição da Justiça. A vítima recebeu atendimento especializado. O caso é investigado sob sigilo.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Acusada de golpe é presa ao retirar passaporte

SUL DO PARÁ

A Polícia Federal cumpriu mandado de prisão contra mulher que tentava retirar passaporte na Delegacia de Redenção, na tarde desta quarta-feira (7/2). Durante o procedimento, verificou-se um mandado de prisão em aberto, expedido pela 2ª Vara Criminal de Marabá, há menos de uma semana.

A mulher e o companheiro – ainda foragido – são acusados de aplicar golpes financeiros, dando prejuízo superior a R\$ 1 milhão para pelo menos cinco vítimas. Os dois respondem por estelionato e apropriação indébita. O esquema dos investigados foi a criação de rifas falsas com páginas na web, para enganar as vítimas.

Após a prisão, ela foi encaminhada ao Centro de



Além da prisão da mulher, a PF fez a apreensão de notas falsas resgatadas nos Correios. FOTO: PRIVILÉGIO

Recuperação Feminino de Marabá.

Também em Redenção, a Polícia Federal fez a terceira apreensão de notas falsas em uma semana, nos Correios. Foi interceptado um envelope com R\$ 14 mil nesta quinta-feira, na agência da cidade.

O caso partiu de comunicação do Setor de Inteligência dos Correios, que alertou a Polícia Federal acerca de uma correspondência com conteúdo suspeito.

A apreensão das cédulas falsas se deu após decisão judicial, autorizando a apreensão e abertura do envelope. Foram encontradas 10 notas de R\$ 100 e duas notas de R\$ 200.

As investigações continuam, em busca da identificação dos responsáveis pela falsificação e comercialização das notas falsas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

CASTANHAL POLICIAL ACUSADO DE HOMICÍDIO SE ENTREGA

Ele é acusado de ter matado por motivo fútil uma pessoa num parque de exposições de Castanhal

HOMICÍDIO E PRISÃO

Tiago Silva

O Policial Penal Victor Madera Nunes, acusado de ter praticado um crime de homicídio por motivo fútil, na cidade de Castanhal, região do nordeste paraense, se entregou em Belém.

Segundo o que foi apurado pela Polícia Civil, na noite de domingo (4), durante uma festa no Parque de Exposições de Castanhal, por motivo fútil, Victor Madera efetuou disparos de arma de fogo contra Anderson Alirio Souza Moraes, o qual foi socorrido, porém na noite de terça-feira (6) morreu no hospital metropolitano.

Em depoimento, a esposa da vítima disse que, na festa, tinha sido assediada pelo Policial Penal, momento em que seu esposo foi tomar satisfa-

ção e foi baleado covardemente pelas costas. Testemunhas disseram que Victor tinha assediado outras mulheres durante a festa. O acusado foi identificado por várias testemunhas. Ele não se apresentou após 24 horas do ocorrido e, com o mandado de sua prisão preventiva expedido pela justiça, estava sendo considerado foragido.

De acordo com a Divisão de Homicídios (DH) de Castanhal, na manhã de quinta-feira (8), Victor Madera teria se apresentado na Divisão de Crimes Funcionais (DECRIF), em Belém. Mesmo tendo se apresentado, o Policial Penal ficará custodiado em um presídio de agentes públicos respondendo pelo crime de homicídio, já que contra ele existia em aberto um mandado de prisão. Victor é natural do estado da Bahia e, segundo os primeiros levantamentos da Polícia Civil, ele pretendia fugir para seu estado de origem.



O policial penal se entregou em Belém. Ele é acusado de matar um homem no final de semana após se desentender. Ele teria assediado a esposa da vítima e houve discussão, seguida de morte. FOTO: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Marabá ganha Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça do Pará

Lab Pai D'égua estimula comunidade interna a contribuir com iniciativas inovadoras para a constante melhoria da prestação de serviço no estado

PRIMEIRO DO INTERIOR

DA REDAÇÃO

O Poder Judiciário do Pará inaugurou, na manhã da última terça-feira (6), a primeira unidade do interior do Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), o Lab Pai d'égua, na Comarca de Marabá, sudeste do estado.

A presidente do TJPA, desembargadora Maria de Nazaré Gouveia dos Santos; veio a Marabá para inauguração e explicou que a interiorização do laboratório começa pelas comarcas de maiores demandas, a fim de convidar magistrados, servidores e instituições parceiras a contribuírem com ideias e iniciativas inovadoras.

“Continuaremos buscando formas e os recursos tecnológicos disponíveis para a constante melhoria da qualidade da prestimidade da prestação jurisdicional em nosso Estado”, ponderou a desembargadora.

EXPANSÃO

O Laboratório de Inovação do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) trata-se de uma expan-

são do Lab Pai D'égua que funciona na capital e que proporciona um ambiente no qual magistrados e servidores poderão propor soluções inovadoras para superar problemas, dificuldades, entraves do cotidiano que repercutem nos processos internos de suas atividades e que poderão resultar em novos serviços e produtos.

Segundo o juiz Charles Menezes, o objetivo é descentralizar os serviços, levando para a estrutura do laboratório para todos os cantos do Estado. Os laboratórios serão autônomos para dar andamento aos seus projetos, promover oficinas, mas sempre trabalhando em conjunto. “A ideia é fazer com que mais pessoas tomem ciência da inovação e vejam que próximo delas é possível inovar”, afirmou.

O Lab Pai d'égua de Marabá terá à frente o juiz Marcelo Andrei Simão dos Santos e contará com a analista judiciária Patrícia Suellen Moraes Ferreira. A próxima Comarca a receber o Lab Pai D'égua será a de Santarém.

O objetivo do laboratório é que seja um espaço permanente e canal de comunicação para o debate de ideias. O Pai D'égua, que tem parceria com a Escola



Inauguração do laboratório de Marabá ocorreu na última terça-feira (6) FOTOS: ÉRIKA MIRANDA/TJPA

Judicial do Estado do Pará, congrega esforços para disponibilizar recursos materiais e humanos necessários, inclusive para a realização de cursos e encontros de capacitação em matéria de inovação.

COMO PARTICIPAR?

Há duas formas de participar do Laboratório: informando problemas e/ou propondo ideias para solucioná-los ou participando da análise dos projetos com seus conhecimentos e habilidades particulares. Portanto, é possível relatar uma situação-problema e/ou propor uma ideia inovadora para solucioná-la. Também é possível re-



latar uma boa prática implantada para fins de aprimoramento e aplicação nas demais unidades do TJPA. Tudo o que se re-

lacione ao aperfeiçoamento da atividade jurisdicional ou administrativa do Tribunal pode ser informado.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Influencer digital é presa acusada de aplicar golpes financeiros superiores a R\$ 1 milhão

A acusada e o companheiro são acusados de aplicar golpe superior a R\$ 1 milhão em pelo menos cinco vítimas

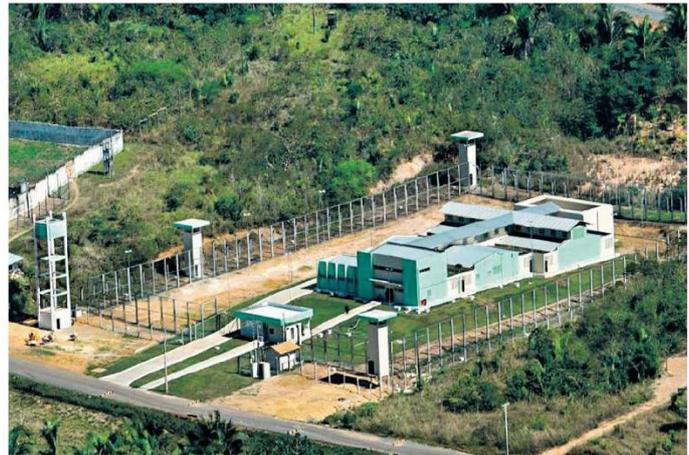
ESTAVA FORAGIDA

Da Redação

A Polícia Federal cumpriu mandado de prisão contra uma mulher que tentava retirar passaporte na Delegacia de Redenção, sul do Pará, na tarde da última quarta-feira (7). Durante o procedimento, verificou-se um mandado de prisão em aberto, expedido pela 2ª Vara Criminal de Marabá, há menos de uma semana.

A mulher, influencer digital de Marabá, bastante conhecida na cidade, e o companheiro dela (ainda foragido) são acusados de aplicar golpes financeiros, dando prejuízo superior a R\$ 1 milhão para pelo menos cinco vítimas. Os dois respondem por estelionato e apropriação indébita. O esquema dos investigados foi a criação de rifas falsas com páginas na web, para enganar as vítimas.

Após a prisão, ela foi encaminhada ao Centro de Recuperação Feminino de Marabá.



Influencer digital foi encaminhada ao Centro de Recuperação Feminino de Marabá. FOTO: AGENCIA PARÁ

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Em uma ação conjunta realizada no início de fevereiro, entre sexta-feira (2/2) e segunda-feira (5/2), representantes do Supremo Tribunal Federal (STF), do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e da Presidência da República avaliaram presencialmente os esforços da Operação de Desintrusão da Terra Indígena Apyterewa, determinada no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 709 pelo presidente do Tribunal, ministro Luís Roberto Barroso.

Atuando em harmonia, os integrantes da comitiva oficial que foi ao município de São Félix do Xingu, no estado do Pará, inspecionaram locais e conversaram com moradores, que se mostraram gratos pelo processo de desintrusão. “Quero agradecer ao presidente do STF por essa força, a luta dele foi um sucesso e demonstrou, firmemente, a confiança que a gente tem nele. Obrigado. A natureza também agradece.” A mensagem partiu da líder indígena Wenatoa Parakanã, vice-presidente da associação criada pelo povo tradicional de recente contato.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Os relatos mostram que o povo parakanã, que vive em 22 aldeias espalhadas na TI Apyterewa, não escuta mais o barulho das serras. As árvores pararam de cair, e os caminhões com imensas toras de madeira nativa da floresta amazônica não circulam mais no território sagrado do povo tradicional da Amazônia. Os garimpos clandestinos não escavam mais o leito do Rio Xingu, nem contaminam os recursos hídricos com mercúrio e rejeitos de mineração. Todas as pessoas intrusas, inclusive o gado criado nas pastagens abertas com a derrubada da floresta, também foram retiradas da região.

Casas abandonadas, edificações e fazendas destruídas. Apesar de, em alguns locais, o cenário ser de terra devastada, a perspectiva de visão destas áreas livres de ações criminosas cometidas por grileiros, pecuaristas, madeireiros e garimpeiros ilegais, bem como dos demais invasores, é muito positivo para a preservação do bioma amazônico. A sensação compartilhada pelo povo parakanã é de alívio, diante da preservação da parte do território que ainda está intacta e com a retomada da área invadida.

A missão foi organizada pela Presidência do STF e contou por servidora e juízas auxiliares do CNJ, além de assessores da Secretaria-Geral da Presidência da República, da Advocacia-Geral da União (AGU) e da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). No local, policiais judiciais da Secretaria de Segurança do Tribunal asseguraram os trabalhos da comitiva, com apoio de equipes da Polícia Federal (PF), da Força Nacional de Segurança Pública (FNSP), agentes da Justiça do Trabalho da 8ª Região e do Exército Brasileiro.

“A visita técnica solicitada pelo ministro Barroso no contexto da ADPF 709 teve objetivo de verificar o progresso no processo de desintrusão, avaliar a potencial efetividade das soluções propostas para sustentabilidade da desocupação após a saída das forças de segurança, bem como identificar possíveis pontos a serem trabalhados para a melhoria da saúde indígena”, explica o assessor especial da Presidência do STF Marcelo Varella.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Desintrusão

Esta é a terceira tentativa, e a única bem-sucedida, para retirada de intrusos na TI Apyterewa, homologada pelo governo federal em 2007. Desta vez, o plano de ação determinado pelo STF contou com a participação de 14 órgãos federais e estaduais. Para ilustrar a complexidade da situação, a área total do município de São Félix do Xingu (PA), 6º maior do Brasil, é de mais de 84 mil quilômetros quadrados. Apesar da grande extensão territorial, equivalente à soma dos territórios dos estados do Rio de Janeiro (RJ) e Espírito Santo (ES), a população é de apenas 65 mil pessoas, com cerca de 2,5 mil indígenas. Essa desproporção populacional provocou, ao longo dos anos, um conflito social que motivou a expulsão de comunidades tradicionais para uma área de cerca de 30% da TI Apyterewa, cuja extensão territorial é de 7,7 mil km².

De acordo com o Centro de Monitoramento Remoto da Funai, a região da TI Apyterewa foi a área de floresta amazônica mais desmatada entre os anos de 2019 e 2022. A malha viária precária e as vias de difícil acesso, que exigem muitas horas no deslocamento terrestre entre as localidades, são fatores que dificultam o monitoramento de crimes ambientais. Muitas vezes, o deslocamento por meio de aeronaves torna-se uma necessidade das autoridades públicas envolvidas na operação de desintrusão. As disputas territoriais remontam à década de 1980, quando os primeiros invasores da terra indígena se instalaram na região. Ao longo dos anos, a falta de fiscalização possibilitou que os invasores desmatassem cerca de 70% da TI Apyterewa.

O coordenador da operação de desintrusão é o assessor da SG-PR Nilton Tubino. Ele avalia que o conjunto de esforços envolvidos viabilizou o sucesso da operação. “A fase de retirada de pessoas e do gado da região foi concluída em 22 de dezembro do ano passado. O que, agora, a Funai e a Força Nacional estão fazendo, com apoio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), é percorrer as áreas envolvidas para o processo

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

de consolidação da desintrusão, com desfazimento de estruturas que ainda permaneçam no local. Mesmo com a saída dos invasores da TI ainda temos problemas de sabotagem, como destruição de pontes e obstrução de ramais, dificultando as ações de monitoramento por parte dos agentes envolvidos na operação', pontuou Nilton Tubino.

Durante a missão, a comitiva oficial realizou o monitoramento de pontos críticos locais, com sobrevoo de helicóptero militar em áreas de garimpos, desmatamentos, pastagens, bases operacionais e propriedades nos arredores da TI, inclusive com vistoria na antiga Vila Renascer, para fins de verificação do cumprimento da desintrusão. A vila foi erguida pelos ocupantes ilegais da TI Apyterewa. No ápice da invasão, cerca de 200 habitações foram erguidas no local. Hoje, só sobraram as ruínas das edificações. Também houve um conjunto de diálogos para escutar as populações indígenas e os atores envolvidos nas ações de desintrusão.

Uma cena verificada na localidade comoveu boa parte dos integrantes da comitiva. Cerca de 150 animais de estimação, entre cães e gatos, foram abandonados pelos ocupantes ilegais. Apesar de muitos deles terem sido alocados em instalações específicas da antiga vila, e de não haver mais moradores no local, alguns animais ainda ocupam os escombros das moradias destruídas, como se ainda aguardassem o retorno dos tutores. Servidores do Ibama disseram que a situação é preocupante, pois muitos animais precisam de cuidados específicos e as condições do local são precárias. A maioria já foi castrada e, recentemente, foi criada uma campanha para viabilizar a adoção dos que foram abandonados. Saiba mais [clikando aqui](#).

ADPF 709

A ADPF 709 é uma ação movida no STF pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). Ao analisar o caso, o presidente do Tribunal determinou que a União elaborasse não só o plano para a retirada de invasores, mas, também,

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

outro plano de ação para aperfeiçoar o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (SasiSUS). Na decisão, o ministro Barroso intimou o Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e o Ministério da Defesa (MD) para que, sob a coordenação da SG-PR, executassem o plano para expulsão de invasores da TI. Já o aperfeiçoamento do SasiSUS ficou sob responsabilidade do Ministério da Saúde (MS), e o monitoramento da execução do plano foi designado à Controladoria-Geral da União (CGU).

Na ocasião, o ministro Barroso relatou que o Supremo, ao julgar liminar na ADPF 709, determinou a adoção, pelo Estado brasileiro, de três medidas fundamentais para salvaguardar a população indígena: por meio da proteção deles em isolamento e de recente contato; da contenção e ao isolamento dos invasores de terras indígenas em geral; e da prestação de serviços de saúde aos povos indígenas. Conforme o ministro, para que a proteção às comunidades indígenas seja duradoura é necessária uma intervenção governamental com foco em medidas de médio e longo prazo, evitando que os invasores retornem às terras.

Em relação ao monitoramento da situação atual, o assessor especial da Presidência do STF Matheus Casimiro ressaltou que as imagens captadas na missão são essenciais para a ADPF 709. “Durante a desintrusão muitas narrativas foram criadas sobre o que estaria ocorrendo nessa localidade, com apresentação de relatórios e petições para a paralisação das atividades. Mas uma coisa é o que está no processo, e outra coisa é o STF estar no local do problema e registrar a realidade. Os registros feitos na missão demonstram que a região está livre de invasores, possibilitando não só a percepção sobre outros aspectos relacionados à vida das pessoas que vivem ali, mas, também, sobre os impactos da desintrusão em cada uma delas”, pontuou.

Aldeia Apyterewa

No último sábado (3) a comitiva oficial fez uma visita à Aldeia Apyterewa. O grupo de trabalho foi recebido com festa pelo povo parakanã. Centenas de

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

indígenas, entre adultos e crianças, se reuniram para celebrar a chegada dos convidados com uma calorosa recepção, incluindo cantos e danças típicas da etnia, além de presentes aos visitantes. Passado o momento da recepção, uma extensa pauta de assuntos de interesse da comunidade foi apresentada pelas lideranças indígenas. Além de apoio na segurança para monitoramento do território, evitando que os invasores voltem, eles disseram que há escassez de água potável, e pediram ajuda para questões referentes à saúde e saneamento básico nas aldeias da região. Outro ponto discutido foi a destinação do gado e bens apreendidos na desintrusão da TI.

“Agora, o pensamento do povo parakanã é reocupar o território para que as coisas melhorem. O plano é fundar mais sete aldeias na área, evitando que os invasores voltem”, disse o cacique da Aldeia Apyterewa, Tyé Parakanã. Ele afirma que o principal problema da comunidade era a presença dos invasores na TI, e que os indígenas estavam sem esperança em relação à saída dos invasores. “Com muita luta, a gente conseguiu! Tem muitos políticos envolvidos com a questão e, se não fosse o apoio do ministro Barroso e do governo federal, a gente não teria conseguido proteger a nossa terra. A desintrusão nos deixou livres. A gente está agradecendo o trabalho que foi feito, mas ainda temos muitos problemas graves por aqui”, afirma o cacique Tyé.

Quem participou dos debates na aldeia foi juíza auxiliar do CNJ Fabiane Pieruccini. Após a reunião, a magistrada reforçou a importância do legado da operação, e disse como essa experiência pode contribuir com a pacificação de outros conflitos no país. “Eu atuo com a questão territorial e, dentro dela, com as construções coletivas de soluções para áreas de conflitos fundiários. Eu acho que essa iniciativa do Supremo é inédita, e que o foco não está só na solução formal, mas, também, material da questão. O papel do Poder Judiciário não é só resolver processo, mas viabilizar a sua sustentabilidade. Nesse caso específico, são várias instituições atuando e todas imbuídas do mesmo escopo para dar efetividade a uma decisão judicial. De fato, é uma atuação moderna, e

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

que tende a resolver o conflito. O processo foi resolvido e, agora, a gente precisa aplicar os meios necessários para que a decisão seja efetivamente cumprida.”

Ainda segundo a juíza auxiliar do CNJ, a participação da comunidade na construção das decisões é fundamental para que elas tenham sustentabilidade e se mantenham ao longo do tempo. “Não é uma decisão imposta, não são medidas executadas pelos órgãos envolvidos, sem ouvir o principal interessado que, no caso, são as comunidades indígenas. Existe a preocupação com quem está saindo da área, e essa preocupação é válida. Mas o mais importante é quem fica. É para a população indígena que está na TI que esta decisão se destina, e que devem ter os direitos garantidos. Posso dizer que foi muito emocionante esse processo de oitiva da comunidade, incentivando a participação e valorizando a cultura do povo que lá está”, conclui Fabiane Pieruccini.

Confira as [fotos](#) da missão Apyterewa no [flickr](#) do STF.

Texto e fotos: Secom/STF

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Homem com mandado de prisão em aberto é localizado e preso na comunidade JP, em Santarém

A prisão aconteceu por volta das 16h30 de terça-feira (6) por uma equipe do 35º BPM.

Por **Dominique Cavaleiro**, g1 Santarém e região — PA

07/02/2024 08h43 · Atualizado há 2 dias



Irailson Nascimento da Silva foi encontrado caminhando pela comunidade JP — Foto: Polícia Militar / Divulgação

Um homem com mandado de prisão em aberto foi preso na tarde de terça (6) na comunidade JP, em [Santarém](#), no oeste do Pará. A prisão aconteceu por volta das 16h30 e foi realizada por uma equipe do 35º BPM.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

De acordo com informações da Polícia Militar, a guarnição localizou Irailson Nascimento da Silva caminhando pela comunidade JP, que fica próxima à comunidade Jacamim.

O homem responde por crime de violência doméstica e o mandado de prisão foi expedido pela Vara de Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Santarém. Ele recebeu voz de prisão e foi apresentado na 16ª Seccional Urbana de Santarém, para os procedimentos cabíveis.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Mulher é investigada por golpes de mais de 1 milhão com vendas de rifas no Pará

Suspeita tinha mandado de prisão em aberto e foi presa quando tentava retirar o passaporte em delegacia de Redenção, no sul do estado.

Por g1 Pará — Belém

09/02/2024 09h42 · Atualizado há 16 minutos



Mulher é presa em Redenção por participação em golpe milionário de rifas falsas

Uma mulher foi presa apontada pela Polícia Federal (PF) como suspeita de aplicar golpes financeiros, com prejuízos superiores a R\$ 1 milhão para, ao menos, cinco vítimas, no Pará.

A prisão ocorreu em [Redenção](#), no sul do estado, quando a investigada foi retirar o passaporte em uma delegacia. De acordo com os agentes federais, ela aplicava golpes por meio da venda de rifas on-line.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



Mulher foi encaminhada para presídio feminino em Marabá, sudeste do PA. — Foto: Reprodução / PCPA

Além dela, o companheiro também responde pelos mesmos crimes: estelionato e apropriação indébita. Mas, segundo a PF, ele está foragido.

Os policiais informaram que o mandado contra a acusada foi aberto há menos de uma semana, expedido 2ª Vara Criminal de [Marabá](#), no sudeste paraense.

"A mulher e o companheiro – ainda foragido - são acusados de aplicar golpes financeiros, dando prejuízo superior a R\$ 1 milhão para pelo menos cinco vítimas. Os dois respondem por estelionato e apropriação indébita. O esquema dos investigados foi a criação de rifas falsas com páginas na web, para enganar as vítimas", reiterou a PF.

Após a prisão, conforme a polícia, ela foi encaminhada ao Centro de Recuperação Feminino de Marabá.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Homem é preso suspeito de estuprar adolescente no Museu Emílio Goeldi, na Grande Belém

Delegacia Especializada no Atendimento à Criança e ao Adolescente (Deaca) Santa Casa informou que foi a partir da denúncia da vítima que foi possível pode chegar no autor do crime.

Por g1 Pará — Belém

08/02/2024 17h15 · Atualizado há 15 horas



Homem suspeito de estuprar adolescente no Museu Emílio Goeldi é preso. — Foto: Divulgação/PC

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Um jovem de 22 anos foi preso nesta quinta-feira (7), em Ananindeua, na Grande [Belém](#), suspeito de estupro de vulnerável e armazenamento e compartilhamento de pornografia infantojuvenil.

O homem foi encaminhado para a Delegacia Especializada no Atendimento à Criança e ao Adolescente (Deaca) Santa Casa e, em seguida, será levado ao sistema penitenciário, onde ficará à disposição da Justiça.

As investigações iniciaram em 2023, após denúncias de uma adolescente de 17 anos que informou ter sido estuprada após se encontrar com o homem com quem conversava por uma rede social.

O encontro ocorreu no Museu Paraense Emílio Goeldi, onde a vítima estava com amigos. Na ocasião, o suspeito levou a vítima para um local mais afastado, onde praticou o crime.

O mandado de busca e apreensão foi expedido pela 1ª Vara Criminal de Inquéritos Policiais da Comarca de Belém. A Polícia Civil apreendeu um celular, onde a equipe da Polícia Científica identificou as imagens de pornografia infantojuvenil.

A polícia também identificou uma segunda vítima de estupro, que na época da ocorrência era adolescente.

“Foi a partir da denúncia da vítima que a gente pode chegar no autor. Então ressalto a importância de denunciar para que a polícia possa atuar na prisão desses criminosos. Também é muito importante o cuidado com quem você conversa na internet”, afirma a titular da Deaca, Karina Figueredo.

Em nota, o Museu Goeldi informou que “age para garantir a segurança das pessoas na área aberta à visitação pública. A instituição mantém vigilantes nas portarias, recepcionistas nas exposições, atendentes nos banheiros, mantém ronda periódica pela área aberta, etc”.

“Lamentamos profundamente que uma jovem tenha sido vítima de agressão, prestamos nossa solidariedade para a vítima e sua família. Também

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

manifestamos a disponibilidade de ajudar em campanhas públicas de alertas aos jovens para identificar e se proteger de predadores virtuais”, diz o local.

Confira outras notícias do estado no [g1 PA](#)

- [BELÉM](#)

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



REDEÇÃO

PF prende influenciadora paraense por golpes financeiros

Com mais de 10 mil seguidores, a influencer foi presa preventivamente em Redenção pela Polícia Federal

quinta-feira, 08/02/2024, 14:24 - Autor: Thayná Coelho, DOL, com informações Polícia Federal



Mirla Michelle Paiva influencer digital | (Reprodução Instagram)

Ainfluencer digital Mirla Michelle Paiva Alves Nauar foi presa preventivamente após se envolver com negócios ilegais, como rifas e atividades de jogo.

A polícia Federal investiga o caso, e Mirla foi presa preventivamente, na última quarta-feira (7). O companheiro dela, Anderson Ribeiro, que também estaria envolvido em atividades ilegais, está foragido.

A prisão da influencer ocorreu quando a mesma foi à Polícia Federal para tirar o passaporte e assim conseguir sair do país. Durante o procedimento, verificou-se

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

um mandado de prisão em aberto, expedido pela 2ª Vara Criminal de Marabá/PA, há menos de uma semana.

Conteúdos relacionados:

- [Operação Carnaval vai contar com reforço de 2,2 mil agentes](#)
- ["Hétero Top" é condenado a seis anos de prisão por estupro](#)
- [Estás endividado? Confira onde e como negociar débitos](#)

A mulher, acompanhada pelo seu parceiro - ainda em fuga -, enfrenta acusações de cometer golpes financeiros, resultando em prejuízos superiores a R\$ 1 milhão para pelo menos cinco vítimas. Ambos estão sendo processados por estelionato e apropriação indébita. O método utilizado pelos suspeitos consistiu na criação de rifas falsas por meio de páginas na internet, visando enganar as vítimas.

Após a prisão, ela foi transferida para o Centro de Recuperação Feminino de Marabá.

Também em Redenção/PA, a Polícia Federal realizou a terceira apreensão de notas falsas em uma semana nos Correios. Um envelope contendo R\$ 1,4 mil foi interceptado nesta quinta-feira, na agência da cidade.

O caso foi iniciado a partir de um alerta do Setor de Inteligência dos Correios, que comunicou à Polícia Federal sobre uma correspondência com conteúdo suspeito.

A apreensão das cédulas falsas ocorreu após autorização judicial para a apreensão e abertura do envelope. Foram encontradas 10 notas de R\$ 100 e duas notas de R\$ 200.

As investigações estão em curso para identificar os responsáveis pela falsificação e comercialização das notas falsas.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Trio é condenado à prisão por decapitar vítima que denunciou 'bocas de fumo' na Pratinha

Com a ajuda de dois adolescentes, os criminosos decapitaram a vítima, que só foi identificada por meio de DNA



O Liberal

08.02.24 22h26



Três homens foram **condenados** nesta quinta-feira (8) a mais de 50 anos de **prisão**, juntos, pelos crimes de **homicídio triplamente qualificado** e **corrupção de menores**. **Alex Ribeiro Corrêa, Lucas Nascimento Ferreira** e **Adriano Frota Parente** são acusados da morte de **Wesley da Silva Barbosa**, ocorrida em março de 2017, no bairro

da Pratinha, em Belém. Com a ajuda de **dois adolescentes**, os criminosos **decapitaram** a vítima, que só foi identificada por meio de DNA.

As investigações policiais concluíram que Wesley foi **morto por denunciar algumas “bocas de fumo”** da área. “Ao confirmar que havia informado os pontos de vendas de entorpecentes para alguns policiais, passou a ser massacrado pelos denunciados e adolescentes envolvidos na ação, que o executaram através de **socos, pauladas e golpes com instrumento cortante**”, diz trecho de documento disponível no site do **Tribunal de Justiça do Estado do Pará** (TJPA).

“Ao constatarem que a vítima já estava sem vida, os denunciados a decapitaram, jogaram sua cabeça no canal do ‘Mata Fome’ e ‘desovaram’ o corpo num terreno baldio situado na passagem Anazira”, consta ainda no documento.

Durante o julgamento desta quinta, o promotor do caso sustentou acusação em desfavor dos réus, enquanto o defensor negou a autoria dos crimes, segundo informações divulgadas pelo TJPA.

Ao final, os jurados acataram a acusação e condenaram os réus **Alex e Lucas a 18 anos e seis meses de prisão**, cada um. **Adriano**, que **confessou o crime**, foi condenado a **16 anos e seis meses de prisão**.